

SUMÁRIO.....	1
Histórico das Alterações.....	2
1 Condições Gerais	3
2 Elegibilidade	5
3 Abertura de Processo de Concessão do Selo	6
4 Processo Técnico – Auditoria Inicial (Certificação).....	6
5 Processo Técnico – Análise de concessão do Selo e Critérios de Certificação.....	8
6 Processo Técnico – Auditorias periódicas de Renovação da Certificação	10
7 Uso do Certificado e Selo	10
8 Alterações de Escopo.....	12
9 Processo Administrativo, Penalidades e Multas	12
10 Revisões e Alterações deste documento	13
11 Aceite	13

Regulamento Técnico – “Selo de Energia Renovável”

Revisão: 07

Data: 17.03.2022

Histórico das Alterações

Nº Revisão	Data de alteração	Sumário das Alterações
00	17/10/2012	Emissão inicial do documento
01	25/03/2014	- Alterações gerais nos itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.7, 3 (geral), 4 (geral), 5.6 e 5.7.
02	23/02/2015	- alteração do item 1.4 e inclusão do item 1.4.1, alterando o procedimento de assinatura do Certificado pela Gerenciadora; - alteração do item 5.10 em relação à assinatura digital do Certificado.
03	19/07/2017	- Revisões gerais no documento a respeito da categorização do REC (Certificado de Energia Renovável) ser REC Brazil para obtenção do Selo.
04	12/02/2018	Revisão geral de vários itens para adequar à nova realidade do mercado de RECs no Brasil e definindo critérios para uso de REC Brazil na obtenção do Selo.
05	05/07/2021	- Item 4.2.: detalhamento do nível de confiança ‘limitado’ nas auditorias em formato documental, seguindo padrão de definição dos principais órgãos reguladores do Brasil.
06	09/02/2022	Revisão geral de vários itens para adequar à nova realidade do mercado e a retirada da figura da Certificadora do programa, uma vez que o processo de Certificação é feito pela gerenciadora. - Itens 4.8, 4.9 e 4.10.: adequação do programa ao mix residual e detalhamento da aplicação do Selo com base nessa regra e outras aplicadas ao mercado.
07	17.03.2022	As alterações encontram-se sublinhadas: - Revisão geral em todos os itens identificados com sublinhado, padronizando o tipo de certificados para I-RECs com chancela REC Brazil, em volume de 100% para qualquer tipo de consumidor de energia. - Revisão no item 1.7.

1 Condições Gerais

- 1.1 Este Regulamento tem por objetivo estabelecer normas e condições para concessão do “Selo de Energia Renovável”, iniciativa das Associações Abragel e Abeeólica.
- 1.2 A autorização para concessão do “Selo de Energia Renovável” provém da adesão espontânea de empresas ou organizações que manifestarem a disposição de adotar as regras estabelecidas neste regulamento. O “Selo de Energia Renovável” destina-se a comprovar o consumo de Energia Renovável Sustentável, proveniente de Certificados de Energia Renovável I-RECs com chancela de sustentabilidade REC Brazil.
- 1.3 Todos os dados gerados a partir do processo de concessão do “Selo de Energia Renovável” são de propriedade das associações Abragel e Abeeólica, e serão tratados de forma sigilosa dentro do âmbito da Comissão de Certificação, não podendo ser utilizados sem autorização por escrito da Abragel e da Abeeólica. O Selo deve ser usado estritamente dentro do escopo descrito neste regulamento.
- 1.4 O “Selo de Energia Renovável” compreende um documento ou atestado de conformidade (Certificado eletrônico e assinado digitalmente pela Gerenciadora), que dará direito à empresa ou organização utilizar o “Selo de Energia Renovável”, conforme escopo descrito neste Regulamento.
 - 1.4.1 O Certificado é enviado à empresa ou organização por e-mail pela Gerenciadora.
- 1.5 O “Selo de Energia Renovável” atesta que a empresa ou organização consome Energia Renovável Sustentável, proveniente de empreendimentos geradores de energia certificados pelo Programa de Certificação REC Brazil em conjunto com Certificados no padrão IREC, em seus processos, unidades de produção, fabricação de produtos ou prestação de serviços, conforme especificado nesse Regulamento.
- 1.6 A declaração de uso de Energia Renovável, concretizada por meio do Selo de Energia Renovável, pode ser feita nos seguintes escopos:
 - a) Declaração geral, englobando todas as atividades da empresa ou organização, atestando que a empresa utiliza Energia Renovável em percentual compatível com as regras do Programa e com seu perfil de consumo
 - b) Declaração restrita a determinada Unidade de Produção ou Prestação de Serviços
 - c) Declaração restrita a determinado Produto ou Serviço
- 1.7 As associações Abragel e Abeeólica manterão no site do Programa a lista atualizada das empresas e organizações com direito ao uso do Selo de Energia Renovável, nos respectivos escopos e datas de validade.
- 1.8 A Gerenciadora manterá sigilo e confidencialidade sobre o processo de certificação, independentemente do resultado, para as empresas e organizações em processo de obtenção ou renovação do “Selo de Energia Renovável”. Uma vez obtida a Certificação, a empresa ou organização Certificada tem ciência de que as informações da Certificação, serão divulgadas por meio da página de internet do Programa Energia Renovável – REC Brazil.
- 1.9 A Abragel, Abeeólica e Gerenciadora não assumem responsabilidade sobre eventuais exigências legais aplicadas por clientes da empresa ou organização detentora do “Selo de Energia Renovável” ou terceiros.
- 1.10 A empresa que adere ao “Selo de Energia Renovável” se compromete a seguir as regras

deste Regulamento Técnico.

- 1.11 A empresa ou organização que adere ao “Selo de Energia Renovável” tem consciência de que todos os documentos de referência que regem a Certificação e concessão do Selo poderão ser revisados e alterados a qualquer momento, e que as eventuais alterações que afetarem a empresa já certificada ou em processo de certificação terão prazo de implantação definido caso a caso pela Comissão de Certificação.
- 1.12 Nos casos em que a Comissão de Certificação aprova uma nova revisão deste Regulamento, salvo prescrição em contrário pela Comissão de Certificação, todas as empresas ou organizações em processo de Certificação formal (isto é, com contrato assinado para certificação) podem ser auditadas pela versão anterior do Regulamento, e as eventuais discrepâncias detectadas nos requisitos alterados não serão consideradas impeditivas para a conquista da Certificação. Essa condição é limitada até o prazo máximo de seis meses após a data da emissão da revisão mais recente. Findo este período, mesmo as empresas ou organizações com contratos assinados para certificação deverão se adequar à versão mais recente do Regulamento. Para as empresas ou organizações que não estiverem em processo formal de Certificação, como regra geral, aplicar-se-ão todos os requisitos atualizados do Regulamento, a não ser que a Comissão de Certificação defina diretriz em contrário.
- 1.13 Na remota hipótese de a Abeeólica, Abragel e Gerenciadora envolvidas virem a sofrer qualquer ação proposta por clientes finais e/ou consumidores lesados em decorrência da má-atuação da empresa certificada detentora do Selo de Energia Renovável, a associada deverá integrar o processo via denúncia da lide ou chamamento ao processo (artigo 70, II, do Código de Processo Civil) e envidará todos os esforços para defender a Abeeólica, Abragel e Gerenciadora nessa causa, arcando a empresa ou organização com todos os custos dela decorrentes, abrangendo toda e qualquer verba ou indenização, custas e despesas judiciais e honorários advocatícios que a Abeeólica, Abragel e Gerenciadora tenham eventualmente que pagar. Em não o fazendo fica assegurado que a Abeeólica, Abragel e Gerenciadora terão direito de regresso contra a associada em virtude de eventuais valores que venham a desembolsar por fato ou falhas do produto comercializado pela associada proveniente de sua má conduta.
- 1.14 A Abeeólica, Abragel e Gerenciadora não poderão ser responsabilizados pela associada pela atuação conforme os termos deste Regulamento, por motivos de relação indireta ao Regulamento, como por exemplo, mas não se limitando, a: qualquer tipo de representação, expectativa da empresa ou organização com terceiros em relação à Certificação ou sua suspensão ou retirada de certificado ou Selo; perdas de negócio da empresa ou organização em decorrência dessa condição, incluindo perdas, danos e lucros cessantes; indenizações que a empresa ou organização venha a pagar a terceiros, geradas por fato do produto, serviço ou empresa certificada. Enfim, são inimputáveis à Abeeólica, Abragel e Gerenciadora qualquer responsabilidade que não decorra de sua comprovada culpa, assim definida nos termos da lei relativamente às respectivas obrigações contratuais.

2 Elegibilidade

- 2.1 Poderão pleitear o uso do Selo de Energia Renovável organizações públicas e privadas consumidoras de energia dos mercados livre, especial ou cativo e autoprodutores, conforme regramento legal e setorial.
- 2.2 O documento inicial para abertura do processo é o Questionário Preliminar.
- 2.3 O interessado assegura, seja diretamente, seja por intermédio de auditores, o acesso às suas instalações, documentos e registros pertinentes para as verificações que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento deste Regulamento.
- 2.4 A empresa ou organização que tenha utilizado o “Selo de Energia Renovável” em qualquer tipo de declaração sem autorização só poderá apresentar pedido de certificação após prazo mínimo de 12 meses do término do processo administrativo.
- 2.5 As partes envolvidas no processo de certificação são as seguintes:
- Empresa ou Organização: empresa ou organização legalmente estabelecida, que seja consumidora de energia (especial, livre ou cativa) ou autoprodutora.
 - Abragel - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa e Abeeólica – Associação Brasileira de Energia Eólica: as Secretarias Executivas dessas associações são a instância formal para relacionamento oficial com o órgão gerenciador (Instituto Totum) do Programa, e responsável pelas seguintes atribuições:
 - Comunicação formal às empresas ou organizações de assuntos relativos à Certificação, tais como, envio de certificados, emissão de cartas de advertência ou avisos, liberação ao uso do “Selo de Energia Renovável”;
 - Esclarecimento de dúvidas relativas à forma de aplicação das logomarcas do Certificado.
 - Comissão de Certificação, do qual fazem parte membros indicados pelas próprias Associações. A Comissão de Certificação é responsável pelas seguintes atribuições:
 - Aprovação dos documentos do programa (Regulamento e documentação de auditoria);
 - Deliberação das certificações e renovações com base nos resultados de auditoria apresentados de forma compilada e sigilosa pelo Instituto Totum;
 - Instância formal para solução de pendências e apelações das empresas ou organizações em processo de certificação ou renovação.
 - Gerenciadora (Instituto Totum): Organismo de Certificação credenciado pelas Associações para gestão do Selo de Energia Renovável, mantendo sigilo sobre a identidade das empresas e organizações na fase de certificação para garantia de isenção das Associações no processo. Cabe ao Instituto Totum:
 - Atendimento às empresas e organizações em processo de certificação e já certificados no “Selo de Energia Renovável”;
 - Tratativas contratuais, comerciais e jurídicas com as empresas ou organizações pretendentes do Selo.
 - Esclarecimento de dúvidas referentes aos procedimentos operacionais do “Selo de Energia Renovável”;

- Comunicação à Comissão de Certificação sobre os resultados de auditoria para deliberação final;
- Gerenciamento do processo de emissão do Selo e rastreamento dos RECs;
- Realização de verificação documental de empresas candidatas ao Selo;
- Secretaria Executiva do Programa da Certificação, responsável pelas tratativas técnicas e interface com as empresas e organizações interessadas, em fase de Certificação e já certificadas.

3 Abertura de Processo de Concessão do Selo

- 3.1 Ao solicitar a abertura de processo de obtenção do “Selo de Energia Renovável”, a empresa ou organização deverá preencher o Questionário Preliminar fornecido pela Gerenciadora.
- 3.2 A empresa candidata ao Certificado poderá escolher seu escopo de Certificação para uso posterior do Selo.
- 3.3 De posse do Questionário Preliminar preenchido para cada empresa ou organização e caso esteja completo, a Gerenciadora fará uma análise crítica do documento e poderá esclarecer dúvidas junto à empresa ou organização. Gerenciadora enviará contrato para assinatura da empresa ou organização.
- 3.4 A Gerenciadora fornecerá proposta técnica e comercial e recolherão o aceite formal da empresa ou organização.
- 3.5 Uma vez aceita a proposta pela empresa ou organização, a Gerenciadora abrirá formalmente o processo de auditoria para concessão do “Selo de Energia Renovável”.
- 3.6 Quando houver histórico anterior que justifique, a Gerenciadora, em conjunto com a Comissão de Certificação, poderá estabelecer exigências adicionais antes da concessão do “Selo de Energia Renovável”, acionando procedimento específico.
- 3.7 Para certificação no programa e sua manutenção, a empresa ou organização enquadrada como consumidora especial, livre ou cativa de qualquer faixa de consumo deverá arcar com os seguintes custos (valores divulgados na página da internet do Programa de Energia Renovável):
 - a) Pagamento da Taxa de Abertura do Processo de Certificação;
 - b) Pagamento pelos Certificados de Energia Renovável I-RECs provenientes de empreendimentos geradores de energia certificados pelo Programa de Certificação REC Brazil,
 - a. Esses custos não estão relacionados ao Instituto Totum, mas são essenciais para a obtenção do Selo.
 - c) Pagamento da Taxa Anual de Uso do Selo.

4 Processo Técnico – Auditoria Inicial (Certificação)

- 4.1 O processo de auditoria seguirá diretrizes da norma internacional de auditoria (NBR ISO 19011), sendo que:

- A auditoria para certificação será realizada pela Gerenciadora;
 - Caberá à Gerenciadora, em função do tipo de uso pretendido do Selo, enviar lista de documentos necessários para verificação prévia.
 - A auditoria, no caso de empresas que desejam ratear o consumo total para um ou mais produtos será realizada pela Gerenciadora e poderá envolver visita de campo. Nos casos de uso global do Selo, bastará verificação do consumo de energia versus quantidade/tipos de RECs adquiridos.
 - Caso haja necessidade, a Gerenciadora poderá solicitar à empresa ou organização esclarecimentos previamente por telefone ou outros meios, com base na lista de verificação preenchida previamente pela empresa ou organização candidato;
 - Durante a auditoria “in loco”, caso seja necessária, caberá à empresa ou organização disponibilizar à equipe auditora documentação e/ou outras evidências que demonstrem a conformidade em relação aos requisitos do Regulamento Técnico, em função do escopo pretendido de uso do Selo.
 - A auditoria tem como objetivo atestar o consumo de energia da empresa ou organização, em função do escopo de Certificação pretendido.
- 4.2 Em caso de auditorias documentais, aplica-se o conceito de ‘nível limitado’ de confiança nos resultados. No trabalho de asseguarção limitada, a conclusão dos auditores é expressa de forma a transmitir se, com base no trabalho realizado, algum fato chegou ao conhecimento da equipe de auditoria que a levasse a acreditar que a informação do objeto (princípio, critério ou indicador) esteja distorcida de forma relevante. Um exemplo de declaração com base nesse nível de confiança limitado seria: “com base nas documentações apresentadas, não foram encontradas evidências suficientes para não dar credibilidade de que as informações estejam corretas e de acordo com a Norma de Referência”.
- 4.3 Caso a empresa ou organização (consumidor livre, especial, cativo ou autoprodutor) desejar fazer uso do Selo para Declaração geral, englobando todas as atividades da empresa ou organização, cabe à Gerenciadora verificar o total do consumo de energia elétrica da empresa ou organização. Essa verificação garante que todas as unidades operacionais e de apoio (como escritórios, filiais, representantes, etc.) foram devidamente rastreados e tiveram seu consumo de energia elétrica quantificado e auditado.
- 4.4 Caso a empresa ou organização (consumidor livre, especial ou autoprodutor) desejar fazer uso do Selo para Declaração restrita a determinada Unidade de Produção ou Prestação de Serviços, cabe à Gerenciadora verificar o total do consumo de energia elétrica da Unidade de Produção ou Prestação de Serviço previamente escolhida pela empresa ou organização. Essa verificação garante que determinada unidade operacional ou unidade de prestação de serviço foi devidamente rastreada e teve seu consumo de energia elétrica quantificado e auditado.
- 4.5 Caso a empresa ou organização (consumidor livre, especial ou autoprodutor) desejar fazer uso do Selo para Declaração restrita a determinado Produto ou Serviço, cabe à Gerenciadora verificar o total do consumo de energia elétrica alocado a determinado produto ou linha de produto, conforme critérios de rateio devidamente validados pela Gerenciadora. Essa verificação garante que determinado produto ou linha de produto teve seu consumo de energia elétrica devidamente quantificado e auditado.

- 4.6 O levantamento do consumo de energia elétrica se restringe ao CNPJ da empresa ou organização pretendente ao Selo, sem necessidade de rastreamento de todo o processo produtivo que extrapola a razão social do solicitante.
- 4.7 Independente do escopo de Certificação escolhido, cabe à Gerenciadora coletar informação completa a respeito do total de “Certificados de Energia Renovável padrão I-REC com chancela REC Brazil, de posse da empresa ou organização que serão usados como forma de justificar o uso do Selo.
- 4.8 Atendidos os critérios, o Selo será concedido com validade de 12 meses contados da data de Certificação, com base no ano do consumo de energia atestado pela Gerenciadora. Por exemplo, solicitação do Selo feita em março do ano 2021 poderá gerar um Selo com vigência durante o período até março de 2022 (caso aprovado), indicando a referência do ano base do consumo de energia elétrica, por exemplo: certificado válido até março de 2022, para 100% do consumo de 2021, em março de 2022, a empresa poderá renovar para o ano consumo de 2022 e ter selo renovado até março de 2023
- 4.9 A Concessão do Selo se baseia no consumo real da empresa e poderá ter dois tipos de abordagem. A primeira com base no consumo do ano anterior ao solicitado ou com base no ano vigente e com comprovação futura. Por exemplo:
- 4.9.1 Empresa busca a Certificação em Janeiro de 2022 e quer alegar que desde 2021 o seu consumo está lastreado em energia 100% renovável, é possível e o Selo trará tal informação;
- 4.9.1.1 Nesse caso, a empresa deverá comprovar que tem Certificado de energia renovável para o ano anterior e promessa de compra futura para o ano de 2022;
- 4.9.2 Empresa busca a Certificação em janeiro de 2022 e quer alegar que para 2022 o seu consumo está lastreado em energia 100% renovável, é possível e o Selo trará tal informação;
- 4.9.2.1 Nesse caso, a empresa precisará demonstrar que existe um contrato de compra futura de RECs e apresentar semestralmente a evidência dos Certificados aposentados.
- 4.10 Caso a empresa solicite a alegação para anos anteriores, após o fechamento da data do mix residual, essa solicitação poderá ser negada pela Gerenciadora do programa.
- 4.11 Caso a evidência não seja apresentada, o Selo poderá suspenso / cancelado, conforme regras deste Regulamento.
- 4.12 Como resultado da auditoria, cabe à Gerenciadora emitir relatório atestando o total de energia elétrica consumido dentro do escopo pretendido pela empresa ou organização e o total identificado de I-RECs com chancela REC Brazil. Ambas as informações serão comparadas com os critérios do “Selo de Energia Renovável”, para liberação do uso pretendido do Selo.
- 4.13 Caso a auditoria de Certificação se torne inviável, o fato será levado pela Gerenciadora à Comissão de Certificação, para as medidas e ações cabíveis.

5 Processo Técnico – Análise de concessão do Selo e Critérios de Certificação

- 5.1 A Comissão de Certificação fará a “análise cega” dos processos finalizados de auditoria e daqueles que possuam algum tipo de discordância ou características que a Gerenciadora considerem importantes para decisão em relação à concessão do Certificado e “Selo de

Energia Renovável”.

- 5.2 A análise dos processos pela Comissão de Certificação poderá ser realizada de forma virtual, por e-mail. Em caso de necessidade de esclarecimentos mais detalhados ou sempre que solicitado pela Comissão, poderá ser realizada uma reunião ou uma conferência telefônica para esclarecimento das dúvidas.
- 5.3 Na Comissão de Certificação a deliberação será feita através de votação. Cada associação terá ao menos um integrante na Comissão, sendo eleito entre estes um Presidente com mandato bianual. No caso de empate, cabe ao Presidente o voto de desempate. Caso algum membro se sinta impedido por algum motivo, este deve declarar esta situação antes da votação.
- 5.4 Para obtenção do Selo, a empresa deve evidenciar que possui I-RECs com chancela REC Brazil adquiridos em quantidade compatível com 100% do volume de energia para o escopo pretendido, dentro do período de tempo desejado para estampa do Selo (conforme descrito neste Regulamento no item).
- 5.5 O resultado da avaliação da Comissão de Certificação será um aviso da deliberação à empresa ou organização e à Gerenciadora para emissão do Selo.
- 5.8. Em caso de aprovação da concessão da Certificação, caberá à Gerenciadora emitir documento de Certificação e o “Selo de Energia Renovável” à empresa ou organização. O documento de certificação será entregue à empresa ou organização, com validade conforme cláusula anterior e condicionada ao atendimento do Regulamento. O documento de certificação dá direito ao uso do Selo, conforme regras deste Regulamento.
- 5.9. O documento de certificação (Certificado) que dá direito ao uso do Selo conterà as seguintes informações:
- nome e endereço da empresa ou organização
 - CNPJ da Empresa ou organização
 - data da primeira certificação
 - período de aplicação do Selo
 - período do consumo da energia elétrica atestada
 - consumo de energia elétrica atestado ou consumo contratado
 - Quantidade e Identificação de “Certificados de Energia Renovável” do tipo I-REC
 - Quantidade e Identificação de “Certificados de Energia Renovável” do tipo REC Brazil
 - Escopo permitido do uso do Selo (quando produto, indicação dos limites do processo produtivo cuja energia foi contabilizada)
 - nº do certificado
 - data de emissão do documento
 - Ano de início do consumo de energia 100% renovável e sustentável
 - versão do Regulamento
 - assinatura digital da Gerenciadora
- 5.10. A Gerenciadora, Abragel e Abeoólica manterão banco de dados completos das empresas ou organizações que detêm o “Selo de Energia Renovável”, nos respectivos escopos, e todas as decisões tomadas em relação às certificações serão registradas em ata.
- 5.11. Em caso de empresas ou organizações que tiveram sua Certificação reprovada, a informação será fornecida à empresa ou organização pela Gerenciadora, a fim de se manter o sigilo. Essa empresa ou organização, caso ainda mantenha interesse na

obtenção da certificação, deverá corrigir as discrepâncias apontadas ou reiniciar o processo.

6 Processo Técnico – Auditorias periódicas de Renovação da Certificação

- 6.1. Caso a empresa ou organização demonstre interesse em manter sua Certificação e uso do Selo, essa deverá solicitar renovação da Certificação. Como regra geral, as auditorias de renovação terão durações iguais comparadas às auditorias iniciais, no caso de não haver alteração no escopo da Certificação.
- 6.2. Os passos para renovação da Certificação e autorização para uso do Selo são os mesmos da concessão inicial, devendo seguir a versão vigente do Regulamento.
- 6.3. Caso a auditoria periódica de renovação se torne inviável, o fato será levado pela Gerenciadora à Comissão de Certificação, para as medidas e penalidades cabíveis, previstas neste regulamento.
- 6.4. Caso a Abragel, Abeeólica ou Gerenciadora receba reclamações ou denúncias referentes às práticas de negócio da empresa ou organização relacionadas ao Selo ou uso inadequado do Certificado ou Selo, caberá à Gerenciadora coletar as informações pertinentes e submeter à análise pela Comissão de Certificação.

7 Uso do Certificado e Selo

- 7.1. O uso do “Selo de Energia Renovável” será autorizado à empresa ou organização sob as condições deste regulamento, em função do escopo certificado.
- 7.2. O uso do “Selo de Energia Renovável” é voluntário, porém, quando utilizado, deve seguir as regras deste Regulamento.
- 7.3. Existe um único tipo de Selo de Energia Renovável, porém este deve ser sempre acompanhado da explicação a respeito do seu escopo de aplicação e data de validade.
 - 7.3.1. No caso de concessão do Selo no escopo de declaração geral, a empresa ou organização pode utilizar o Selo sem necessidade de explicações extras.
 - 7.3.2. No caso de concessão do Selo no escopo de Unidade de Produção ou Unidade de Prestação de Serviços, a empresa ou organização deve sempre indicar a qual unidade se refere o Selo.
 - 7.3.3. No caso de concessão do Selo no escopo restrito a produto, a empresa ou organização deve sempre indicar os limites do processo produtivo que teve sua energia contabilizada.
- 7.4. O “Selo de Energia Renovável” ou documento de certificação não pode ser utilizado como comprovação de qualidade do produto ou serviço, dado que é um Certificado que se restringe a indicar o uso de Energia Renovável pela empresa ou organização.
- 7.5. Caso a empresa ou organização obtenha a concessão do Selo no escopo geral, esta poderá usar o Selo nos materiais institucionais, publicidade, marketing, comerciais, relatórios de sustentabilidade, página da internet, sempre explicando de forma clara o escopo de Certificação. Para uso em produtos e serviços, o Selo é autorizado nas embalagens desde que o Selo seja usado nos produtos e serviços produzidos exclusivamente no escopo da Certificação.

- 7.6. Caso a empresa ou organização obtenha a Certificação para determinada Unidade de Produção ou Prestação de Serviço, esta poderá usar o Selo nos materiais institucionais, publicidade, marketing, comerciais, relatórios de sustentabilidade, página da internet, sempre explicando de forma clara que o Certificado ou Selo se refere a determinada Unidade de Produção ou Prestação de Serviço. Para uso em produtos e serviços, o Selo é autorizado nas embalagens desde que o Selo seja usado nos produtos e serviços produzidos exclusivamente na Unidade de Produção ou Prestação de Serviço certificada.
- 7.7. Caso a empresa ou organização obtenha a Certificação restrita a determinado produto ou serviço, esta poderá usar o Selo exclusivamente nas embalagens ou materiais de divulgação dos produtos certificados. Caso o Selo seja usado em materiais institucionais, publicidade, marketing, comerciais, relatórios de sustentabilidade, página da internet, é obrigatória a explicação de forma clara que o Certificado ou Selo se refere a um determinado produto e não da organização com um todo ou unidade de produção, assim como os limites do processo de produção alvo do escopo.
- 7.8. A logomarca que caracteriza o “Selo de Energia Renovável” não pode, em hipótese alguma, ser utilizada como marca de produto ou empregada na razão social ou nome fantasia da empresa ou organização certificada.
- 7.9. Em caso de empresa ou organizações que não tenham obtido a Certificação no escopo mais completo, qualquer comunicação sobre a conformidade com o “Selo de Energia Renovável” deve deixar claro qual é o escopo certificado.
- 7.10. A logomarca que caracteriza o “Selo de Energia Renovável” não deve ser alterada graficamente sem a concordância, por escrito, da Abragel e Abeólica. Somente as dimensões podem ser alteradas, mantendo a proporção, conforme manual de identidade visual.
- 7.11. O “Selo de Energia Renovável” só poderá ser utilizado pela empresa ou organização que tenha Certificação dentro do prazo de validade, sempre dentro do escopo avaliado, e a partir da data definida no documento de certificação.
- 7.12. A empresa ou organização certificada não deve confundir o usuário final em relação ao escopo e finalidade do Selo.
- 7.13. O uso do “Selo de Energia Renovável” é restrito às empresas ou organizações autorizadas, e o direito de uso deste não deve ser transferido para terceiros, substitutos ou outros, nem ser objeto de cessão ou aquisição, sem que o processo tenha sido devidamente comunicado à Gerenciadora.
- 7.14. A autorização de uso do “Selo de Energia Renovável” não poderá ser transferida ou concedida a terceiros, salvo continuação de uso por sucessão, desde que devidamente comunicado às Associações.
- 7.15. Suspensa ou cancelada a autorização de uso do “Selo de Energia Renovável”, a empresa ou organização se obrigam a cessar, imediatamente, toda e qualquer publicidade ou divulgação que tenha relação com o Selo, retirando todas as citações e identificações no prazo de 30 dias. Os produtos que foram fabricados e selados no período de vigência do certificado não precisam ser retirados. A empresa ou organização que infringir estas condições está sujeita a sanções administrativas e judiciais.
- 7.16. Para fins de conformidade, a data de geração dos I-RECs (vintage) deve ser pareada com a data do consumo, em periodicidade anual. Dessa forma, consumo do ano 20XX deve ser pareado com I-RECs de energia injetada na rede no ano de 20XX.

8 Alterações de Escopo

- 8.1. No caso de mudanças na empresa ou organização, tais como estrutura organizacional, estrutura física, mudança dos locais de produção do produto ou outro motivo que implique a alteração dos dados do documento de certificação ou mude de forma significativa as condições sob as quais a Certificação foi obtida, torna-se obrigatória a comunicação das alterações à Gerenciadora, de forma imediata. A Gerenciadora analisará criticamente o conteúdo da alteração e decidirá pela alteração do documento de certificação ou Selo mediante auditoria extra, pedido de documentos ou outra ação convalidada pela Comissão de Certificação.
- 8.2. Todas as alterações significantes serão comunicadas pela Gerenciadora a Comissão de Certificação.

9 Processo Administrativo, Penalidades e Multas

- 9.1. Serão consideradas infrações à autorização para uso do “Selo de Energia Renovável”:
 - 9.1.1. Não atendimento ao Regulamento;
 - 9.1.2. Uso do “Selo de Energia Renovável” ou documento de certificação de forma não autorizada;
 - 9.1.3. Veiculação de publicidade em desacordo com os critérios estabelecidos neste Regulamento;
 - 9.1.4. Prestação de falsas informações ou sua ausência (omissão).
- 9.2. As decisões relativas às penalidades e infrações ao “Selo de Energia Renovável” são tomadas pela Comissão de Certificação, e as medidas punitivas podem ser: advertência simples, advertência com pedido de ajustamento de conduta, suspensão da certificação, cancelamento da certificação.
- 9.3. Caso a empresa ou organização tenha algum tipo de discordância quanto à natureza da decisão/penalidade, poderá acionar a Comissão de Certificação. O prazo para interposição de recurso em relação à decisão da Comissão de Certificação é de 15 dias, a partir da comunicação da penalidade.
- 9.4. A Comissão de Certificação é soberana para tomada de decisões no processo de certificação ou renovação das empresas ou organizações.
- 9.5. Para efeito deste regulamento, as infrações mencionadas neste capítulo são consideradas a partir da data da concessão da certificação e do “Selo de Energia Renovável”.
- 9.6. A Gerenciadora (por mandato da Comissão de Certificação) deverá divulgar as sanções, indicando suas razões ou causas.
- 9.7. Na hipótese de ser suspenso ou cancelado o uso do “Selo de Energia Renovável”, a Gerenciadora efetuará todas as verificações e medidas necessárias para evitar a utilização indevida do Selo, solicitando à empresa ou organização a remoção dos Selos dos produtos no mercado e ou as ações de publicidade que citam o Selo ou a Certificação. A empresa ou organização terá o prazo de máximo de 30 dias para retirar de circulação (mesmo dentro de suas instalações) todos os materiais e informações que ostentem o

“Selo de Energia Renovável”, assim como retirar os produtos selados do mercado, ficando sujeito a penalidades previstas e ações judiciais, no caso de não cumprimento.

- 9.8. Encerrado o Processo Administrativo, não cabendo mais recurso, e aplicada pena de suspensão ou a de cancelamento do “Selo de Energia Renovável”, a empresa ou organização se obrigam a cessar a sua utilização imediatamente, após tomar conhecimento daquela decisão, obrigando-se a empresa ou organização a remeterem à Abragel ou Abeeólica o respectivo documento de certificação no prazo máximo de 30 dias.
- 9.9. O uso indevido da Certificação ou “Selo de Energia Renovável”, cuja utilização esteja suspensa, acarretará o agravamento de penalidades.
- 9.10. A Comissão de Certificação poderá instaurar Processo Administrativo para verificação da ocorrência de infrações ao “Selo de Energia Renovável”, a qualquer tempo, mediante constatação de irregularidades, denúncias, ou solicitação de qualquer de seus membros.
- 9.11. É assegurado à empresa ou organização certificada direito de defesa junto a Comissão de Certificação, nos processos que forem instaurados relativos às infrações previstas neste Regulamento.
- 9.12. A aplicação de sanções pela Abragel, Abeeólica ou Comissão de Certificação será precedida de notificação à parte interessada, que poderá apresentar a sua defesa, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento da notificação.
- 9.13. Decorrido o prazo referido no item anterior, se não houver manifestação da parte, esta perderá o direito à defesa, presumindo-se como aceite o resultado das avaliações iniciais.
- 9.14. A defesa deverá ser apresentada por escrito à Abragel, Abeeólica ou a Comissão de Certificação através de seus representantes legais ou procuradores.

10 Revisões e Alterações deste documento

- 10.1 Qualquer proposta de alteração significativa deste Regulamento ou da Norma Técnica será recebida e editada pela Gerenciadora e levada à aprovação para a Comissão de Certificação. Mudanças na forma ou conteúdo que não alterem de modo significativo o Programa podem ser feitas diretamente pela Gerenciadora e aprovadas “ad referendum” pela Comissão de Certificação.
- 10.2 O presente Regulamento é o instrumento principal da autorização para o uso do “Selo de Energia Renovável”, constituindo-se em documento de adesão, como comprovação da anuência da empresa ou organização a todos os seus dispositivos.
- 10.3 Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos no âmbito da Comissão de Certificação.
- 10.4 As partes envolvidas no “Selo de Energia Renovável”, a saber, Abragel, Abeeólica e Gerenciadora, empresa ou organização, elegem o foro da cidade de São Paulo - SP, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

11 Aceite

Razão Social da Empresa ou organização: _____

Regulamento Técnico – “Selo de Energia Renovável”	Revisão: 07 Data: 17.03.2022
--	---------------------------------

Responsável pela empresa ou organização: _____

Data: ___ / ___ / _____ Assinatura: _____

Favor rubricar todas as vias deste regulamento.
